

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

	ANO:	2018		
CORREGE	DOR:	DE	SEMBARGADOR PAULO PIMENTA	
TIPO DE COR	REIÇÃO:	ORDINÁRIA		
MODALID	ADE:		SEMIPRESENCIAL	
UNIDADE CORR	ECIONADA	9ª	VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	
DATA DE INSTALA	AÇÃO DA VT:		22/01/1993	
JUIZ TITU	LAR:	ANT	ÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR	
TITULAR D	ESDE:		14/07/2017	
DATA DE INSTAL	AÇÃO PJE:		14/02/2013	
PERÍODO CORR	ECIONADO:		01/04/2017 a 31/01/2018	

EQUIPE CORRECIONAL		
SERVIDOR	FUNÇÃO	
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional	
Alisson Moura Luduvice	Assistente	
Ana Flávia de Paula Guimarães	Assistente	
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente	
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente	
Luana Carvalho Arantes	Assistente	
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente	
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente	

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2015	2016	2017	2018**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.251	2.215	2.094	102
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.953	2.081	2.438	117
3	Produção	87%	94%	116%	115%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	2.139	1.718	2.145	277
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	1.061	1.185	910	913
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.827	2.311	2.250	2.076
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	27%	22%	86%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	36%	36%	23%	88%
9	Execuções iniciadas	589	461	795	21
10	Execuções encerradas	483	385	408	34
11	Execuções baixadas	516	388	514	105
12	Execuções pendentes de encerramento	1.332	1.425	2.331	1.976
13	Execuções pendentes de baixa	1.908	2.036	2.792	2.305
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	482	450	333	195
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	72%	73%	73%	98%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	79%	83%	85%	99%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	40%	39%	41%	32%
18	Índice de conciliação da unidade	36%	38%	37%	38%

^{*} Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

^{**} Dados do exercício 2018 referem-se ao mês de janeiro.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
Juiz Auxiliar	WANDERLEY RODRIGUES DA SILVA

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região		NÃO
Metropolitana)?	Х	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	х	X	Х	X
Auxiliar fixo	X	x	Х	Х	

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5	
---	---	--

2.4.2 - Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas	 NÃO
pelos Juízes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	Х
Forma de revezamento:	

2.4.3 - Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		х
Ordinário		х

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

2.4.4 - Numero de addiencias realizadas.			
Tipo de audiência	Média mensal		
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	126		
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	215		

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 - Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	Х	

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	300
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	19
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

^{*} Dado apurado em 15/02/2018.

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correciona	do	71
--	----	----

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	39	
Sentença na fase executória	3	
Embargos de declaração	4	

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 - PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7°, da CLT – 30 dias)	95	76
Ordinário	289	285

3.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

D''	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	21	14
Ordinário	28	16

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
	2	7

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	8	5

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	5	5
Atualização de cálculos	9	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	47	54
Ordinário	83	71

^{*} Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

 $^{^{\}star}$ A última visita correcional foi realizada em 11/04/2017 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/05/2016 e 31/03/2017.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 - Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
Danilo Cunha Diniz	Diretor de Secretaria	Efetivo
Aletheia June d Almeida Vilamiu		Efetiva
Eide Alves Morais Rocha	Secretária de Audiências	Efetiva
Karla Souza Melo	Assistente de Juiz	Efetiva
Leonardo Brito Barreto	Secretário de Audiências	Efetivo
Luís Nogueira Filho	Assistente II	requisitado
Luiz Bertrand Abreu Pestana	Assistente II	Efetivo
Paolla Victoria Pereira Alvares	Assistente de Diretor	Efetiva
Pedro Paulo Dias Soares		Teletrabalho (pa 16889/2017)
Renata Moreira Machado	Assistente II	Efetiva
Thales Rodrigues Bosco	Assistente de Juiz	Efetivo
Thiciana Zeidam Silva		Teletrabalho (pa 16890/2017)
Jonilson Pereira Silva		Estagiário
Lucas de Almeida Nogueira		Estagiário

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	19
Notebooks	1
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	0
Leitores óticos	1

4.1.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	х
Consumo racional de energia elétrica	х
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	Х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	х
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	Х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	х
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

Cód. Autenticidade 400145509628

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correcionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	Х		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial, sem a prévia intimação da parte para manifestação (Resolução CSJT nº 185/2017)?		×	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?		Х	
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	Х		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	х		

Cód. Autenticidade 400145509628

_
ω
0
2
772
_
01
_
응
õ
용
5
h. P
S.
õ
Ξ.
65
1
18 17:37:08h.
0
Ñ
8
9
Ñ
Ξ
Ф
용
<u>a</u>
8
2
2
٥
Θ.
핑
₹
\leq
□
\supset
7
ISSON MOURA LUDUVICE
\supset
2
2
Ž
8
Š
Ţ
< <
ō
2
ಶ
ita
'n
C
υĔ
<u> </u>
Ξ
=
\approx
Doc

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	Х		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	Х		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	х		
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			INICIAIS (ORD E SUM): MARÇO/2018; INSTRUÇÕES (SUM): MAIO/2018; INSTRUÇÕES (ORD): AGOSTO/2018
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		х	
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	х		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?		x	
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		

ω
Ť
0
Ñ
\sim
ćΛ
77.
\sim
_
OI
_
$\underline{\circ}$
0
0
0
=
2
<u>_</u>
盇
\approx
Υ.
<u></u>
က
۲.
8 17:37:08h. Pr
Ψ.
ω
_
0
Ñ
>
α
0
26/02/2018 1
~
em 2
\equiv
7
Ψ
0
O
ď
$\overline{}$
\approx
\simeq
$\stackrel{\smile}{=}$
0
Ĕ
pro
e pro
e pro
E e pro
CE e pro
/ICE e pro
VICE e pro
UVICE e pro
DUVICE e pro
JDUVICE e pro
UDUVICE e pro
LUDUVICE e pro
A LUDUVICE e pro
A LUDUVICE e pro
RA LUDUVICE e pro
URA LUDUVICE e pro
JURA LUDUVICE e pro
IOURA LUDUVICE e pro
MOURA LUDUVICE e pro
I MOURA LUDUVICE e pro
N MOURA LUDUVICE e pro
SON MOURA LUDUVICE e pro
SON MOURA LUDUVICE e pro
SSON MOURA LUDUVICE e pro
-ISSON MOURA LUDUVICE e pr c
ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
r ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
or ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
do por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
ado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
tado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
ntado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
untado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
juntado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
o juntado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
nto juntado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
ento juntado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
nento juntado por ALISSON MOURA LUDUVICE e pro
mento juntado por ALISSON MOURA LUDI
mento juntado por ALISSON MOURA LUDI
umento juntado por ALISSON MOURA LUDI
ocumento juntado por ALISSON MOURA LUDI
ocumento juntado por ALISSON MOURA LUDI
umento juntado por ALISSON MOURA LUDI

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?		X	
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 3º do artigo 177 do PGC).		x	
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 4º do PGC?		х	
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	×		
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	х		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	x		

1772/2018.
h. Protocolo nº
8 17:37:08h
1 26/02/201≀
otocolado en
UVICE e pr
ISSON MOURA LUDUVICE
ALISSON N
juntado por
Documento

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2017 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?		X	
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	Х		
27	O Juízo aplica a prescrição intercorrente nas execuções decorrentes de créditos trabalhistas e previdenciários?	Х		
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	х		
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	Х		
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		PEDRO PAULO DIAS SOARES, EFETIVO, PA 16889/2017; THICIANA ZEIDAM SILVA, EFETIVA, PA 16890/2017.
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	х		

6 - CONVÊNIOS

6.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	Х		
CONECTIVIDADE/CEF	Х		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Х		

6.2 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	Quantidade de b	TEMA BACENJUD 2.0 loqueios comandados no período correicionado: e 2017 a Janeiro de 2018
Grupo de 2001 a 2500 processos	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
11ª VT DE GOIÂNIA	79274	180290
18ª VT DE GOIÂNIA	73470	161389
15ª VT DE GOIÂNIA	66498	125457
1ª VT DE GOIÂNIA	63974	174559
8ª VT DE GOIÂNIA	62579	134506
5ª VT DE GOIÂNIA	59964	169403
17° VT DE GOIÂNIA	55525	140927
7º VT DE GOIÂNIA	51289	144166
13ª VT DE GOIÂNIA	50852	193123
14ª VT DE GOIÂNIA	49625	138448
16ª VT DE GOIÂNIA	46420	117815
4° VT DE GOIÂNIA	34870	59977
6° VT DE GOIÂNIA	34478	86534
3° VT DE GOIÂNIA	31021	59039
9º VT DE GOIÂNIA	29664	68053
VT DE GOIANÉSIA	28971	53036
12ª VT DE GOIÂNIA	17542	40780
VT DE LUZIÂNIA	16947	60142
2ª VT DE GOIÂNIA	16299	32667
VT DE INHUMAS	12242	22268
VT DE GOIATUBA	8573	16568
10° VT DE GOIÂNIA	977	1662

^{*} Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 15/02/2018.

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

7.1 – Cumprimento das recomendações co	Cum		and the second second
Recomendação	SIM	NÃO	Observações
7.1.1 - Que a Vara do Trabalho expeça Ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, conforme determinação contida no artigo 177, § 3º do PGC e apurado no item 7.2 – 11 do Relatório de Correição;		Х	
7.1.2 - A adoção de providências visando a redução do tempo médio de duração dos processos que tramitam no rito sumaríssimo para patamares inferiores a 90 (noventa) dias, visando garantir a celeridade processual, objetivo precípuo desta Especializada. O prazo médio atual para entrega da prestação jurisdicional nesta Vara do Trabalho está bem acima dos limites fixados pelos artigos 852-B, III, e 852-H, da CLT (95 dias), conforme anotado no item 4.2 desta ata e item 3.1 do Relatório de Correição;	X		
7.1.3 - Que a Secretaria da Vara do Trabalho, quando for efetuar os lançamentos no sistema informatizado PJe-JT, no tocante ao momento do lançamento do início da execução, observe atentamente o disposto no Provimento TRT 18ª SCR Nº 3/2013 e no artigo 49 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 12 e 14 do Relatório de Correição;	х		
7.1.4 - A adoção de providências visando a redução do prazo médio para entrega da prestação jurisdicional nos processos que tramitam no rito ordinário, atualmente em 289 dias, conforme anotado no item 3.1 do Relatório de Correição, buscando adequá-lo à meta regional de 180 dias. O Desembargador Corregedor tem ciência de que a Excelentíssima Juíza Titular desta Vara esteve afastada por longo período no exercício de 2016, em razão de licença médica e do gozo de férias regulamentares. Nada obstante, considerando, ainda, os registros feitos no item 4.2 desta ata, o Desembargador Corregedor solicitou à Excelentíssima Juíza Titular a apresentação de um plano de ação, no prazo de 15 dias, formulado em conjunto com o Excelentíssimo Juiz Auxiliar, visando a redução dos prazos médios de duração dos processos nesta Vara do Trabalho, a fim de que seja avaliado e, posteriormente, acompanhado pela Corregedoria Regional;		X	

\circ
S
~
C)
772
1,
\sim
-
•
OI
_
0
\simeq
C
ನ
\simeq
0
=
9
~
ட
_
က
$\tilde{}$
\sim
2.
37:
(T)
7:3
/
_
•
α
\sim
Ξ
\circ
ŭ
~
(
~
O
->
9
\sim
- 4
_
(D)
_
C
\approx
ത
$\overline{}$
O
Ó
ō
$\stackrel{\sim}{}$
$\dot{\circ}$
\simeq
$\overline{}$
a
Φ
Ф
Й
SE e
ICE e
/ICE e
VICE e
JVICE e
UVIC
UVIC
JDUVICE e
JDUVIC
A LUDUVIC
JDUVIC
ocumento iuntado por ALISSON MOURA LUDUVIC
ocumento iuntado por ALISSON MOURA LUDUVIC
ocumento iuntado por ALISSON MOURA LUDUVIC

7.1.5 - A observância das disposições contidas nos artigos 76 e 81 do PGC, fazendo constar nas atas homologatórias de acordos e nas decisões condenatórias de pessoas jurídicas, além dos esclarecimentos acerca da importância do cumprimento das obrigações previdenciárias, da necessidade de envio de informações à Previdência Social, da possibilidade de parcelamento do débito junto à Secretaria da Receita Federal, bem como a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, nos termos do artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 2 e 4 do Relatório de Correição;		X	
7.1.6 - Que a unidade obedeça à estrutura mínima e sequencial de atos de execução, de ofício, antes do arquivamento dos autos, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, inclusive com a expedição de mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, conforme apurado no item 7.2 – 15 do Relatório de Correição;		X	
7.1.7 - Que os Excelentíssimos Juízes atuantes nesta Vara do Trabalho, nos casos em que haja necessidade de designação de audiência de encerramento de instrução, o façam para uma data próxima ao decurso do prazo concedido às partes para juntada de documentos ou manifestação nos autos (v.g. RTOrd-0010116-56.2016.5.18.0009, RTOrd-0010437-28.2015.5.18.0009, RTSum-0011027-68.2016.5.18.0009) e RTOrd-0011189-63.2016.5.18.0009), em observância ao princípio da razoável duração do processo, consagrado no art. 5°, LXXVIII, da Constituição Federal, e artigo 850 da CLT, bem como ao Provimento nº 2/2016 da Corregedoria Regional;	X		

7.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, CUMPRINDO o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOrd-0010894-26.2016.5.18.0009; RTOrd-0010279-36.2016.5.18.0009; RTOrd-0010779-05.2016.5.18.0009; RTOrd-0011065-80.2016.5.18.0009; RTSum-0010318-33.2016.5.18.0009; RTSum-0011719-67.2016.5.18.0009; RTSum-0010723-35.2017.5.18.0009 e RTSum-0011943-05.2016.5.18.0009).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho NÃO lança, no sistema PJe, os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010894-26.2016.5.18.0009; RTOrd-0010279-36.2016.5.18.0009; RTOrd-0010779-05.2016.5.18.0009; RTOrd-0011065-80.2016.5.18.0009; RTSum-0010318-33.2016.5.18.0009; RTSum-0011719-67.2016.5.18.0009; RTSum-0010723-35.2017.5.18.0009 e RTSum-0011943-05.2016.5.18.0009).
3	Nos processos a seguir relacionados, com SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC. Todavia, constatou-se que as orientações acerca das obrigações previdenciárias constam das decisões homologatórias de cálculo (processos: RTOrd-0010616-88.2017.5.18.0009; RTOrd-0010472-17.2017.5.18.0009; RTOrd-0012146-64.2016.5.18.0009; RTOrd-0011276-19.2016.5.18.0009; RTOrd 0011758-64.2016.5.18.0009 e RTOrd 0010126-03.2016.5.18.0009).
4	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara CERTIFICA o trânsito em julgado das sentenças proferidas, CUMPRINDO o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOrd-0010472-17.2017.5.18.0009; RTOrd-0012146-64.2016.5.18.0009; RTOrd-0011758-64.2016.5.18.0009 e RTOrd-0010126-03.2016.5.18.0009).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentença proferida, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO expede os ofícios determinados em sentença, após a ocorrência do trânsito em julgado (processos: RTOrd-0011862-16.2016.5.18.0281; RTOrd-0010616-88.2017.5.18.0009; RTOrd-0010472-17.2017.5.18.0009; RTOrd-0012146-64.2016.5.18.0009 e RTOrd-0010492-08.2017.5.18.0009).
6	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOrd-0011038-97.2016.5.18.0009; RTOrd-0011128-08.2016.5.18.0009 e RTOrd-0012062-63.2016.5.18.0009).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0011387-66.2017.5.18.0009; RTSum-0011733-17.2017.5.18.0009; RTSum-0011862-22.2017.5.18.0009; RTOrd-0010581-65.2016.5.18.0009 e RTOrd-0011128-08.2016.5.18.0009).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTOrd-0011387-66.2017.5.18.0009; RTSum-0011733-17.2017.5.18.0009; RTOrd-0011598-39.2016.5.18.0009; RTAIç-0010942-48.2017.5.18.0009; RTSum-0011862-22.2017.5.18.0009 e RTOrd-0010581-65.2016.5.18.0009).
9	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se a FALTA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL, na pasta correspondente à tarefa BACENJUD do sistema PJe, por período superior a 200 dias, resultando em morosidade da prestação jurisdicional, além do descumprimento à RECOMENDAÇÃO TRT 18ª SCR Nº 1/2018, por não utilizar, de ofício, os demais convênios ali previstos, conforme dados extraídos do sistema SAOPJE em 15/02/2018 (processos: RTSum-0010702-64.2014.5.18.0009; RTSum-0010079-63.2015.5.18.0009; RTSum-0010195-40.2013.5.18.0009; RTOrd-0010221-38.2013.5.18.0009; RTOrd-0011340-97.2014.5.18.0009; RTSum-0011278-57.2014.5.18.0009; RTSum-0011492-82.2013.5.18.0009; RTOrd-0011756-65.2014.5.18.0009; RTSum-0010873-55.2013.5.18.0009 e RTOrd-0010001-35.2016.5.18.0009).

\sim	כ
õ	ú
٤	٧
ñ	1
ζ,	V
1	•
1	
-	_
*	_
0	
ć	-
-	-
-	1
_	=
0	5
7	≺
>	⋞
Ç	ر
+	⇉
	ر
٤.	_
	L
	_
2	_
o	٥
~	₹
٠	~
1	
٠,	~
97.00	ر
ĸ.	•
10 17.0	-
-	-
Ċ	00/00/
а	٥
ŕ	_
٤	
ç	ب
C	V
-	_
C	V
	5
=	₹
"	ิ
2	
C	V
-	4
۲	=
7	1
	υ
-	_
_	2
て	J
ò	۲
_	=
(0
è	5
>	≾
,	2
+	₹
٠	J
-	Ξ
2	_
	1
-	
(ν
Ц	L
Ц	ב ע
	2
	2
	מע
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
	7
CIVITAL VOLUCE MOSSILV YOU OPERATION	7
CIVITAL VOLUCE MOSSILV YOU OPERATION	7
CIVITAL VOLUCE MOSSILV YOU OPERATION	7
CIVITAL VOLUCE MOSSILV YOU OPERATION	7
CIVITAL VOLUCE MOSSILV YOU OPERATION	7
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	רטמט
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	
CIVITAL A DI LON INCOST IN you obetanii otaom	

Item	Constatações
10	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, aplica a prescrição intercorrente ante a omissão do exequente em indicar meios para o prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A, § 1º, da CLT (processos: RTSum-0011314-02.2014.5.18.0009; RTSum-0010822-61.2015.5.18.0013; RTOrd-0010407-61.2013.5.18.0009 e RTSum-0010066-35.2013.5.18.0009).
11	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE" para controle do prazo da prescrição intercorrente (processos: RTSum-0011314-02.2014.5.18.0009; RTSum-0010822-61.2015.5.18.0013; RTOrd-0010407-61.2013.5.18.0009 e RTSum-0010066-35.2013.5.18.0009).
12	No processo a seguir relacionado, de EXECUÇÃO FISCAL, constatou-se que o edital de citação é publicado corretamente pela Vara do Trabalho, constando dele todos os requisitos dispostos no artigo 8º da Lei 6.830/80 (processo: ExFis-0011700-27.2017.5.18.0009).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, DESCUMPRINDO o disposto no parágrafo 4º do artigo 177 do PGC (processos: ConPag-0012122-36.2016.5.18.0009; RTOrd-0011966-19.2014.5.18.0009; RTOrd-0011939-36.2014.5.18.0009 e RTSum-0010725-39.2016.5.18.0009).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ConPag-0012122-36.2016.5.18.0009; RTOrd-0011939-36.2014.5.18.0009 e RTSum-0010725-39.2016.5.18.0009).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO adota o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 4º do referido artigo (processos: ConPag-0012122-36.2016.5.18.0009; RTOrd-0011939-36.2014.5.18.0009 e RTSum-0010725-39.2016.5.18.0009).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução DE OFICIO, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 878 da CLT (processos: RTSum-0010351-86.2017.5.18.0009; RTOrd-0010039-13.2017.5.18.0009; RTSum-0012253-11.2016.5.18.0009; RTAIç-0010369-10.2017.5.18.0009 e RTSum-0011252-88.2016.5.18.0009).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, independente de requerimento da parte. Constatou-se, ainda, que a Vara do Tralho NÃO UTILIZA outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, expedição de mandado de penhora e avaliação, CUMPRINDO PARCIALMENTE o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTSum-0010847-52.2016.5.18.0009 e RTSum-0010822-61.2015.5.18.0013).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTSum-0011779-40.2016.5.18.0009 e RTSum-0012253-11.2016.5.18.0009).

Cód. Autenticidade 400145509628

Item	Constatações
19	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram iniciadas antes da vigência da Lei 13.467/17, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe os movimentos referentes ao início e fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010583-35.2016.5.18.0009; RTAlç-0012171-77.2016.5.18.0009; RTOrd-0011065-80.2016.5.18.0009 e RTOrd-0010399-79.2016.5.18.0009).
20	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais, das sentenças proferidas e dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0010045-83.2018.5.18.0009; RTOrd-0011189-29.2017.5.18.0009; RTSum-0012183-57.2017.5.18.0009; RTOrd-0010750-18.2017.5.18.0009; RTOrd-0012039-83.2017.5.18.0009; RTOrd-0012090-94.2017.5.18.0009 e RTOrd-0012106-48.2017.5.18.0009).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010249-77.2016.5.18.0016; RTSum-0010608-14.2017.5.18.0009; RTSum-0010491-23.2017.5.18.0009 e RTSum-0010902-66.2017.5.18.0009).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010249-77.2016.5.18.0016; RTSum-0011912-82.2016.5.18.0009; RTOrd-0010319-18.2016.5.18.0009; RTSum-0010608-14.2017.5.18.0009; RTSum-0010491-23.2017.5.18.0009 e RTSum-0010902-66.2017.5.18.0009).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd-0010249-77.2016.5.18.0016; RTSum-0011912-82.2016.5.18.0009; RTOrd-0010319-18.2016.5.18.0009; RTSum-0010608-14.2017.5.18.0009; RTSum-0010491-23.2017.5.18.0009 e RTSum-0010902-66.2017.5.18.0009).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da decisão, porém NÃO certifica os feriados, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, CUMPRINDO PARCIALMENTE o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTSum-0011912-82.2016.5.18.0009; RTSum-0010608-14.2017.5.18.0009 e RTSum-0010491-23.2017.5.18.0009).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: AP- 0011155-93.2013.5.18.0009 e AP-0011211-92.2014.5.18.0009).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: AP-0011155-93.2013.5.18.0009 e AP-0011211-92.2014.5.18.0009).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da decisão, porém NÃO certifica os feriados, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, CUMPRINDO PARCIALMENTE o disposto no artigo 128 do PGC (processos: AP- 0011155-93.2013.5.18.0009 e AP-0011211-92.2014.5.18.0009).
28	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 02/10/2017 e 09/02/2018, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 18 (dezoito) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 18 (dezoito) processos.
29	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 02/10/2017 e 09/02/2018, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira.
30	Analisados, em 15/02/2018, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 07 (sete) dias para solução de incidentes na fase de execução, SUPERIOR aos cinco dias para julgamento previsto no artigo 885 da CLT (processos: 10349-53.2016.5.18.9, 10659-93.2015.5.18.9, 10687-95.2014.5.18.9, 777-49.2011.5.18.9, 10354-46.2014.5.18.9, 10996-82.2015.5.18.9, 11246-18.2015.5.18.9, 11498-89.2013.5.18.9, 11090-64.2014.5.18.9 e 11424-98.2014.5.18.9).